



DOCUMENTO ORIGEM OPICIO S/N	NUMERO PROC. 016590/12-0	Nº FOLHAS 2
--------------------------------	-----------------------------	----------------

ORIGEM (SINTER) - SECRETARIA ESPECIAL DO INTERLEGIS
--

INTERESSADO

ASSUNTO ADESÃO

EMENTA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ADESÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML, DA CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃO - SP.
--

TRAMITAÇÃO						
DE	PARA	DATA		DE	PARA	DATA
1) SEPROT	SCCO	12 /	06 /	2012		/ /
	SCCO	/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
		/ /	/ /			/ /
(PA011200)	EMITIDO	EM: 12/06/2012-16:55:22HS.	-	MARIA ALBERTINA CASTRO MORAIS		/ /
		/ /	/ /			/ /



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Brasília, 12 de junho de 2012.

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa – PML, da Câmara Municipal de:

AQUIDABÃ - SE

Atenciosamente,



p/ Santos
NOEMIA GOMES DOS SANTOS
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

Felipe Guimarães Côrtes
Chefe do GABINT

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
Chefe do SEPROT
Senado Federal

OUTUBRO 2012
AUTUADO COM 02 FLS
ASS. *Rojas*



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos
ENVIE PELO CORREIO: Programa Interlegis II - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal
Brasília/DF - CEP: 70-165-900
Central de Atendimento: (61) 3311-2556

Tipo de Casa: Assembleia Legislativa Câmara Municipal Qtd. Parlamentares: 09

Nome da Casa: Câmara Municipal de Aquidabã

Endereço: Avenida Eduardo Chaves, 147

Cidade: Aquidabã UF: SE CEP: 4979000
0

Telefones: (79) 3341-1213 FAX: (79) 3341-1213

E-mail: caaquidaba@hotmail.com

Homepage: -----

CNPJ: 00 864 867/0001-95

Identificação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar: Marcos Roberto de Moraes

Nome Parlamentar: Marcos de Moraes Partido: PSC

Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início: 01/01/2008 Fim: 31/12/2012

Aniversário (dia/mês/ano): 22/01/1970 Sexo: MASC.

Telefones: (79) 9951-2889 FAX: (79)3341-1213

E-mail: marcosdemorais@bol.com.br

Homepage: Não possui

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

Aquidabã, 29/05/2012.
Local e data


Assinatura do Presidente

ARQUIVO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
AUTUADO COM 02 FOLHAS
ASS. 



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ - SE
NO PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO
DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA -
PML.

**CONVÊNIO: SE Nº 260/ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML**

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ - SE, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Rua Eduardo Chaves, - nº 147 – Centro - AQUIDABÃ - SE – CEP: 49.790-000, CNPJ: 00.864.867/0001-95 Representada por seu Presidente, Vereador **MARCOS ROBERTO DE MORAIS**, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenentes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhes, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos

5



nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convententes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convententes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convententes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as consequências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS - SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 19 de junho de 2012.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereador MARCOS ROBERTO DE MORAIS
Presidente da Câmara Municipal de
AQUIDABÃ - SE

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE
(carimbo)

Testemunhas:

00.864.867 / 0001 - 95

CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ
Rua Eduardo Chaves S/N - Casa
Centro - CEP 49790-000
Aquidabã - SE.

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Applicativos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





ANEXO I Plano de Trabalho Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de AQUIDABÃ - SE poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ - SE

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outras*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303 2599



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 20 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **MARCOS ROBERTO DE MORAIS**
Presidente da Câmara Municipal de AQUIDABÃ - SE.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER



TÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador JOSÉ EDUARDO ROTHBAKH THOMÉ, Presidente da Câmara Municipal de RIO DO SUL - SC.

ESPÉCIE: Convênio nº: PA - 250/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ANANINDEUA - PA; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador RAY TAVARIS, Presidente da Câmara Municipal de ANANINDEUA - PA.

ESPÉCIE: Convênio nº: PA - 251/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BELEM - PA; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador RAY TAVARIS, Presidente da Câmara Municipal de BELEM - PA.

ESPÉCIE: Convênio nº: GO - 252/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de SÃO MIGUEL DO ARAÇUAIA - GO; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador RAIMUNDO JOSÉ SILVA DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal de BELEM - PA.

ESPÉCIE: Convênio nº: PI - 253/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de MUCILI - PI; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador JOSÉ CARVALHO DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal de MUCILI - PI.

ESPÉCIE: Convênio nº: GO - 254/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CAMPUS BELDOS - GO; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador RUISE SOUZA ABRIS, Presidente da Câmara Municipal de CAMPUS BELDOS - GO.

ESPÉCIE: Convênio nº: DA - 255/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CORRENTINA - BA; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador MILLTON RODRIGUES SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de CORRENTINA - BA.

ESPÉCIE: Convênio nº: MG - 256/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de PONTA DO MUNDO - MG; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador ALBERTO SAMUELLE JUNKEH, Presidente da Câmara Municipal de PONTA DO MUNDO - MG.

ESPÉCIE: Convênio nº: MG - 257/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ARAXÁ - MG; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do

disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador CARLOS ROBERTO ROSA, Presidente da Câmara Municipal de ARAXÁ - MG.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 258/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de LARANJEIRAS - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador LUCIANO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de LARANJEIRAS - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 259/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CAPELA - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador ROSA MARIA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de CAPELA - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 260/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de AQUIDAUANA - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador MARCOS RUIBRO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara Municipal de AQUIDAUANA - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 261/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ARAUCAU - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador EMANUEL DA SILVA NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de ARAUCAU - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 262/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de TABAÍANA - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador FLAVIO JOSÉ MACEDO SILVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de TABAÍANA - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 263/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ESTÂNCIA - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador JOAO ANTONIO SILVEIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de ESTÂNCIA - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SE - 264/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador EDIVALDO NEVES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE.

ESPÉCIE: Convênio nº: SP - 265/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de LAGARTO - SP; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador WOLFFSON PRAGA DE ALMEIDA, Presidente da Câmara Municipal de LAGARTO - SP.

ESPÉCIE: Convênio nº: PI - 266/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de VALENÇA DO PIAUI - PI; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereadora ILLVA MARIA MILÃO VELOSO CERQUEIRA, Presidente da Câmara Municipal de VALENÇA DO PIAUI - PI.

ESPÉCIE: Convênio nº: PI - 267/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de IBIRIPIRÁ - PI; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador DIBRINAL DE ABRIL GONZAGA, Presidente da Câmara Municipal de IBIRIPIRÁ - PI.

ESPÉCIE: Convênio nº: PI - 268/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de JARUGUAS - PI; **OBJETO:** Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; **MODALIDADE:** Nos termos do disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; **DATA DE ASSINATURA:** 19/06/2012; **VIGÊNCIA:** em conformidade com o artigo 37, inciso II da Lei 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr. Senador Cleoza Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Governado, Vereador CLAYTON JOSÉ MACEDO SILVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de JARUGUAS - PI.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo 014025/12-0 - Modalidade: Dispensa de Licitação. Objeto: contratação de manutenção de procedimentos licitatórios, na modalidade de Preço, sob o nº 078/2010, para prestação de serviços técnicos e consultoria nos próprios do Senado Federal, no valor total de R\$ 2.114.551,05 (dois milhões, cento e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinco centavos), em favor de QUALITATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Fundamentação legal: inciso XI, art. 24 da Lei nº 8.666/93. Resolubilizado por Dery Murtz Ferraz Farias, Diretor Geral do Senado Federal e substituído pelo Senador Cleoza Lucena, Primeiro Secretário do Senado Federal.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Expõe: Convênio do Unio CS0303682. Processo: 00334171-4. Colocado para a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. Objeto: Cessão de uso de menor valor com as seguintes características e localizações, avaliando 305,9m² (trêscentos e cinco e cinco metros quadrados e cinquenta centímetros quadrados): Posto de Atendimento Bancário - Agência 1346 - SEEP; 01 Posto de Atendimento Eletrônico INDEGRÁTICA; Posto de Atendimento Bancário - PRDUA-SEN; 04 Postos de Atendimento Eletrônico - PAB/PRDUA/SEN; 01 Posto de Atendimento Bancário - PAB/SERVIDORIS; 01 Posto de Atendimento Eletrônico - PAB/SERVIDORIS MEDICO. Vigência: até 31/03/2012 - Total: 110067017. Signatários: pelo Senado Federal: Dery Murtz Ferraz Farias, Diretor-Geral, pelo Comitê de Márcio Soares Perce.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Expõe: Convênio CROB/2005. Processo: 066112/05-2. Celebrado com o GRUPO BRASILEIRO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Proposta para CONVENIENTE, mediante contribuição corrente do Senado, recursos para aplicação em despesas de cunho e natureza necessárias a manter em funcionamento entre suas reuniões e os dias de trabalho, a fim de promover, entre ações correntes, a realização de todos os países, no sentido de fortalecer e desenvolver as instituições democráticas, assim como de promover a paz e a cooperação entre os povos. Valor Global: R\$11.045,05. Programa de Trabalho: 0101105514610000, Manutenção de Despesas (33904). Nota de Empenho nº 241250002283, emitido em 01/05/2012. Vigência: até 31/03/2012 - Total: 110067017. Signatários: pelo Senado Federal: Dery Murtz Ferraz Farias, Diretor-Geral, pelo Comitê de Márcio Soares Perce.